



A figura feminina da mulher araguarina: tendências e influências do lar ao mercado de trabalho nos anos de 1940 a 1950

Gilma Maria Rios

Atualmente as mulheres têm direito a ter salários iguais aos dos homens no mercado de trabalho como tantos outros direitos que a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e a Consolidação das Leis Trabalho asseguram o que antes não era possível. Durante anos a mulher vem marcando a sociedade com sua perseverança a fim de conquistar seu lugar no mercado de trabalho. Passou por grandes obstáculos, conseguindo fazer valer seus direitos trabalhistas diante da sociedade que até então fora dominada pela força masculina. Dessa forma, este artigo tem como finalidade analisar a trajetória da evolução da mulher araguarina no mercado de trabalho nos anos de 1940 a 1950, em uma cidade do interior mineiro época em que as convenções nos meados do século XX, ditavam que o marido era o provedor do lar. Para tanto a metodologia qualitativa se faz necessária para fazermos a análise e interpretação dos artigos publicados sobre essa temática no jornal Gazeta do Triângulo, na revista Ave Maria e revista Ventania que eram os meios de comunicação popular no espaço social araguarino. É época em que era frisado constantemente que a mulher não precisava, não deveria ganhar dinheiro. As que ficavam viúvas, ou eram de uma elite empobrecida, e precisavam se virar para se sustentar e aos filhos, faziam doces por encomendas, arranjo de flores, bordados e crivos, costuravam para fora, davam aulas de piano, eram professoras “das primeiras letras” etc., mas além de pouco valorizadas, essas atividades eram consideradas como extensão do lar pela sociedade. Nesses casos, quando o discurso que naturaliza a hegemonia masculina não se mostra suficiente, busca-se desqualificar a alocação e as ações das mulheres que conseguem romper a barreira da falta de acesso ao mercado trabalho. Geralmente, o que ocorre é que a profissional é avaliada inconsistente, emocionalmente instável, mais intuitiva que inteligente e pouco assertiva, apenas pelo fato de ser mulher. Ocupando sempre o papel de subordinada, a mulher ao longo dos anos sofreu com a opressão e discriminação em razão do gênero e pela forma da sociedade compreender seu papel, pois em tempos remotos a sociedade compreendia a mulher unicamente como filha, futura esposa e mãe dedicada. No mercado de trabalho não havia respeito, a mulher sofria discriminação e era explorada trabalhando sempre acima de seus limites físicos por até 16 horas diárias, recebendo salários sempre inferiores ao salário do homem. Trabalhar fora de casa é uma conquista relativamente recente das mulheres. Ganhar seu próprio dinheiro, ser independente e ainda ter sua competência reconhecida é motivo de orgulho para todas.



Hoje o perfil das mulheres é muito diferente daquele da metade do século passado. Além de trabalhar e ocupar cargos de responsabilidade assim como os homens, ela agrega as tarefas tradicionais como: ser mãe, esposa e dona de Casa. Trabalhar no espaço público é uma conquista relativamente recente das mulheres. Ganhar seu próprio dinheiro, ser independente e ainda ter reconhecida sua competência é ensejo de orgulho para todas.

Presentemente as mulheres têm direito a ter salários iguais aos dos homens no mercado de trabalho como tantos outros direitos que a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e a Consolidação das Leis Trabalho asseguram o que antes não era possível. Durante anos a mulher vem marcando a sociedade com sua perseverança a fim de conquistar seu lugar no mercado de trabalho. Passou por grandes obstáculos, conseguindo fazer valer seus direitos trabalhistas diante da sociedade que até então fora dominada pela força masculina.

Dessa forma, este artigo tem como finalidade analisar a trajetória da evolução da mulher araguarina no mercado de trabalho nos anos de 1940 a 1950, em uma cidade do interior mineiro, época em que as convenções nos meados do século XX, ditavam que o marido era o provedor do lar. Para tanto a metodologia qualitativa se faz necessária para fazermos a análise e interpretação dos artigos publicados sobre essa temática no jornal Gazeta do Triângulo, na revista Ave Maria e revista Ventania que eram os meios de comunicação popular no espaço social araguarino. É época em que era frisado constantemente que a mulher não precisava, não deveria ganhar dinheiro.

A vista disso, ao descrever a história das mulheres, deve-se levar em consideração que a sociedade humana é histórica, ou seja, transforma-se conforme os padrões de desenvolvimento da produção, dos valores e normas sociais. O ser humano, portanto, não pensa isolado, desligado do social. Ele pensa açambarcado por este. Ele carrega no seu pensar a marca dos grupos que incidem sobre a sua experiência, sobre a sua identidade, bem como a marca da história, da política, das divisões sociais e tantas outras.

Uma vez que, será em função das interações humanas, das vontades, motivações e intenções de grupos e agentes individuais em interação, que as sociedades se transformam nuns aspectos, para melhor ou pior, segundo as expectativas e interesses, e permanecem noutros. Em consequência da ação humana, tal como os historiadores



reconhecem, é sobretudo à ação humana que devemos imputar razões e consequências de mudanças e continuidades no espaço social, sob diversas formas e perspectivas.

A partir do momento, que o homem começou a produzir seus alimentos nas sociedades agrícolas milênios de anos atrás, começaram as definições de papéis comportamentais e sociais entre os gêneros e, conseqüentemente, uma divisão sexual do trabalho. A mulher era marcada pela disposição reprodutora e cuidadora, enquanto o homem representava um papel incorporado à ideia de autoridade, chefe da família e de mando.

O conservadorismo nas sociedades capitalistas imprime a manutenção e reprodução das condições vigentes na sociedade. A desigualdade da mulher na perspectiva do trabalho tem raízes nas relações sociais de dominação, reforçando preconceitos e exploração.

Durante gerações, o poder do imaginário social consistia em que as mulheres ficassem em casa cuidando dos filhos e acreditassem que o trabalho realizado por ela fora da unidade doméstica era desprezível e pobre. Mas, apesar desse imaginário, grande contingente feminino, geralmente provindo das camadas mais empobrecidas, participou da força de trabalho desde o período do Brasil Colônia.

Na metade do século passado, no Brasil, a maioria de suas mulheres faziam parte da classe trabalhadora rural ou dos serviços domésticos. Trabalhadoras cuidando da lavoura ou das atividades cotidianas das propriedades agrárias e urbanas, ou senhoras, administrando os negócios da família, as mulheres brasileiras, livres, pobres ou não, propiciaram o equilíbrio com os homens na força de trabalho do país. Muitas de mulheres foram empregadas quando se instalaram as primeiras fábricas têxteis no Brasil, na segunda metade do século XIX.

Ainda na Primeira República, as mulheres, principalmente aquelas oriundas das camadas populares, já exerciam atividades produtivas. A maioria delas residia em área rural, característica predominante da população brasileira num momento anterior ao processo de urbanização, e trabalhava em suas próprias casas, exercendo um importante papel no modelo de produção familiar - atividades relacionadas à fiação, à tecelagem, à agricultura e ao serviço doméstico.



Porém, quando as mulheres em um número expressivo, saem para o mercado de trabalho, nos anos 40 e 50, discursos moralizantes recaem sobre o espaço social araguarino, condenando, exemplificando ou frisando representações sociais pertinentes ao comportamento social esperado das araguarinas. Como pode ser constatado pelo recorte da Coluna Feminina, escrito por Diamantina Maria, publicado na Revista Ave maria nos anos 40.

E ainda há quem diga que as necessidades da nossa civilização dispensam a dedicação da mulher no lar! E preciso que se compreenda esta grande verdade: nunca a mulher foi tão imprescindível no lar como em nossos tempos...Espírito recto e equilibrado, compreensão da verdadeira finalidade feminina, pureza dos ideais, dignidade de vida e de atitudes, ternura e bondade, eis o preço pelo qual nós, mulheres poderemos libertar a humanidade desta sensação de angústia e receios que a envolve actualmente. Acharemos, assim, para todos e para nós, notadamente, a calma e a felicidade tão ansiosamente desejadas e tão erroneamente procuradas... (AVE MARIA, n.09, 02 maio 1940).

Os atributos acima apontados careceriam de acenar a todas as mulheres que estivessem dentro dos padrões morais aceitáveis pela sociedade. Em súpula, a mulher era feita para ajudar e se doar enquanto pessoa. Essas mulheres que aceitavam a idealização de seu gênero como uma vocação “natural” para as tarefas educativas e caridosas assumiam a “consciência do posto que cabe à mulher na preservação da ordem moral e social o dever de tornarem-se aptas para agir de acordo com suas convicções e suas responsabilidades”. Assim sendo, com essa consciência, elas assumem uma participação ativa na sociedade, no sentido não só de se verem como elementos indispensáveis para tal missão como também de influenciarem aquelas que não tinham tomado essa consciência (IAMAMOTO E CARVALHO, 2005, p.172).

Diante disso, será fundamental não perder de vista um conjunto de menção que considere as influências da religião católica sobre a cultura e a sociedade, pois, a Revista Ave Maria, era uma revista semanal e católica, que estava presente nos colégios dirigidos por padres e madres, e também nos lares das famílias seguidoras do cristianismo, aplicando também o papel determinante dos aspectos culturais e sociais, no sentido em que moldam todo o discurso que é produzido, incluindo-se aqui, o discurso religioso.

Fornecendo um discurso povoado de imagens justificadoras, mas apresentadas como naturais e de origem divina, o Cristianismo disponibiliza às mulheres modelos de



representação que estas têm disposição a aceitar passivamente como naturais e não como histórica e socialmente construídos. Assim, a imagem da mulher veiculada pela Igreja Católica será encarada como fator categórico para modelos de auto representação da mulher e da identidade feminina que são por si construções sociais a um nível mais vasto, onde a religião adquire um papel importante.

Desta forma, no jornal local, Gazeta do Triângulo, também se discute papéis e comportamentos femininos condizentes com o modelo cristão, diante disso constata-se que o Gazeta do Triângulo, enquanto meio de comunicação em massa, incentiva, de certa forma, a análise de comportamentos e influencia na vida dos indivíduos de tal maneira que a percepção de si mesmo e da sociedade que o rodeia é influenciada de um modo crescente pelos artigos publicados e na observação dos outros.

Sendo assim, a Revista Ave Maria e o Gazeta do Triângulo têm, de certa forma, um aspecto formador das mulheres araguarinas como um todo, pois este analisará atitudes que são e não são pertinentes à sociedade e decidirá qual conduta tomar e de que maneira em diversas situações cotidianas que podem ter semelhanças à situação observada anteriormente. Ocorrendo, então, a massificação de hábitos, costumes e atitudes, fazendo com que certa sociedade seja exemplo a ser seguido por outras. Além disso, as informações são transmitidas, na maioria das vezes, por uma visão subjetiva, e isto faz com que a sociedade não tenha a visão objetiva dos fatos relatados por este meio de comunicação.

Parte-se do princípio de que as representações em que as mulheres têm sido enquadradas são estabelecidas pela Igreja Católica e aceitas passivamente pela maioria, não por todas, tende a fixar protótipos, isto é, modelos e padrões que demarcam a sua visão sobre as mulheres e que lhes são apresentados como ideais e dos quais elas se devem aproximar. Estas imagens são reproduzidas e difundidas socialmente, de forma sucessiva, unificando não só as práticas sociais e os comportamentos face à mulher, mas também a resposta das próprias mulheres nas diversas situações em que se impele a dominação masculina.

O discurso utilizado pela Igreja católica, usando da religião, enquanto referência que contribuía para a identificação do “eu mulher”, da pessoa feminina que cada uma era,



uma vez que remetia a uma origem, a um grupo e a uma tradição, estruturava os pontos de vista das pessoas em relação a questão de gênero. Nas palavras de Mardones (1996):

“A religião estruturava um modo de ver a realidade e o mundo; transmitia um imaginário social, um modo de se estruturar a sociedade. Proporcionava, em suma, o que Erikson denomina uma orientação ideológica compartilhada com outras pessoas, requisito fundamental para conferir sentido e identidade”. (MARDONES, 1996; 109).

Historicamente, o papel da Igreja tem sido o de manter a mulher como mãe e dona de casa, levando-a a uma desvantagem social e à discriminação. Reforçando também, o papel da sujeição da mulher ao homem no casamento, começando pela defesa de sua indissociabilidade, destacando a maternidade como uma das funções mais importantes da mulher na sociedade. Compete destacar alguns fragmentos da Revista Ave Maria,

Espírito reto e equilibrado, compreensão da verdadeira finalidade feminina, pureza de ideais, dignidade de vida e de atitudes, ternura e bondade, eis o preço pelo qual nós, mulheres poderemos libertar a humanidade desta sensação de angustia e receios que envolve actualmente.

O que de mais belo há no mundo criado por Deus são: as flores, a música e as mulheres”, ora, nessa frase escripta com pretensões a galanteio, estava traduzido o conceito mesquinho que muitos formam a respeito da mulher – um objeto de adorno, de distracção e de prazer... (Ave Maria, pagina feminina, n. 20,25/05/1940)

De acordo com as preleções produzidas pelo Gazeta do Triangulo e Revista Ave Maria, constata-se que as identidades femininas produzidas por seus discursos midiáticos, não são inatas, não nascem conosco, precisam ser erguidas e está edificação sobrevém pela interação com o outro, pois só a interação social permite viver em sociedade. Logo, a identidade produzida e reforçada como correta é um processo, um tornar-se contínuo, sempre em construção, que nunca pode ser considerada uma obra acabada onde indivíduo e sociedade se influenciam mutuamente.

Para Jenkins (2004) e Ransone (2005), a identidade constitui o estabelecimento sistemático das relações de similaridade e diferença que o indivíduo opera sobre si, em



comparação a outros indivíduos e à coletividade, ou seja, como padrões expressos em todos os comportamentos de um indivíduo, que periodicamente são reavaliados e ajustados.

Ao escrever sobre a moralidade social, a maior riqueza do lar, educação dos filhos, conselhos para as mulheres etc., os redatores ou redatoras da Revista Ave Maria e Gazeta do Triângulo, expressam suas identidades tanto como objetos da percepção alheia, quanto como sujeitos de suas próprias vidas. A noção que cada pessoa possui de si mesma como ser único no mundo é desenvolvida e demonstrada nas várias atividades que ele desempenha em sua vida. Assim, em uma sociedade baseada no trabalho, será esta a atividade que moldará, prioritariamente, a percepção que os indivíduos têm de si mesmos e dos outros, gerando a necessidade de um processo de reflexão social.

Nesse sentido, nos anos 40 a Coluna Feminina do Gazeta do Triângulo, trouxe em vários anos, discursos com valores sobre pressupostos binários reforçando a construção generificada de ser homem e ser mulher ao afirmar que a “inferioridade física e moral da mulher para com o homem é por este proclamada a cada momento, constituindo, por assim dizer, um dogma que, por ser dogma, não admite contestação...”, também, mais uma vez, podemos perceber que os discursos não são neutros, mas, ao contrário, produzem classificações e condutas que orientam as percepções dos grupos sociais a respeito de si e dos outros, aproximando-os ou diferenciando-os uns dos outros, com intuito de demarcar ou construir a organização social.

Uma vez que,

Esses discursos recorrentes exerceram influência decisiva na elaboração de códigos, leis e normas de conduta, justificando a situação de inferioridade em que o sexo feminino foi colocado [...]. Assim, a desigualdade de gênero passa a ter um caráter universal, construído e reconstruído numa teia de significados produzidos por vários discursos, como a filosofia, a religião, e educação, o direito, etc. perpetuando-se através da história, e legitimando-se sob seu tempo (TEDESCHI, p. 123).



Dessa forma, pode-se afirmar com Butler (1990) que: O gênero pode também ser designado como o verdadeiro aparato de produção através do qual os sexos são estabelecidos. Assim sendo, o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; o gênero é também o significado discursivo/cultural pelo qual a ‘natureza sexuada’ ou o ‘sexo natural’ é produzido e estabelecido como uma forma ‘pré-discursiva’ anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual a cultura age (BUTLER, 1990, p. 7).

Segundo Maluf e Mott (1998), as alterações no comportamento feminino, advindas ao longo das três primeiras décadas do Século XX, incomodaram conservadores, deixaram titubeantes os desavisados e estimularam debates entre os mais progressistas. Para as autoras, não faltaram vozes femininas inconformadas com a imagem depreciativa com que as mulheres eram vistas e se viam, sobretudo com a representação que lhes restringia tanto as atividades econômicas quanto as políticas.

Analisando os artigos

O imaginário possui uma função social e aspectos políticos, pois na luta política, ideológica e de legitimação de um regime político existe o trabalho de elaboração de um imaginário por meio do qual se mobiliza afetivamente as pessoas. Nele “as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado presente e futuro...O imaginário social é constituído e se expressa por ideologias e utopias ...[e]...por símbolos, alegorias, rituais, mitos.” (Carvalho, 1987: 11). Assim o campo do imaginário também é um campo de luta política e pelo poder, onde se cruzam interesses de grupos sociais e ideologias. O trabalho de apropriação dos símbolos e configuração do imaginário a partir de um objetivo específico em função de interesses de determinados grupos sociais permite falar em “poder simbólico”. Assim, um aspecto do poder consiste no exercício de um poder simbólico que “não consiste meramente em acrescentar o ilusório a uma potência “real”, mas sim em duplicar e reforçar a dominação efetiva pela apropriação de símbolos e garantir a obediência pela conjugação das relações de sentido e poderio” (Backso, 1985: 299). Agregado a este poder simbólico, Bourdieu (1974: 170s) coloca a existência de uma “violência simbólica” que se define pela “crença” na legitimidade daqueles que exercem o poder pelos indivíduos e grupos que estão sujeitos a ele.

Jodelet propõe a seguinte definição da representação social:

O conceito de representação social designa uma forma de conhecimento específico, o saber do senso comum, cujos conteúdos manifestam a operação de processos generativos e funcionais socialmente marcados. Mais abrangentemente, ela designa uma forma de pensamento social. As representações sociais são modalidades de pensamento prático orientado para a comunicação, a compreensão e o domínio do ambiente social, material e ideal. Enquanto tal, elas apresentam características



específicas no plano da organização dos conteúdos, das operações mentais e da lógica. A marca social dos conteúdos ou dos processos da representação remete às condições e ao contexto das quais emergem as representações, às comunicações pelas quais elas circulam, às funções que elas têm na interação com o mundo e com os outros (Jodelet, 2001, pp. 361-362).

Esta definição possui, no entanto, uma tal abrangência que dificulta a operacionalização do conceito nos trabalhos de pesquisa. O próprio Moscovici (1976) reconhece que o conceito não é facilmente apreendido embora o "seja a realidade das representações sociais".

“A maior parte das mulheres sempre trabalhou. Suas trajetórias no mundo do trabalho não se iniciaram no pós-abolição, no pós-guerra ou nos anos 1970. Os primeiros dados oficiais de que se tem conhecimento apontam que, em 1872, elas representavam 45,5% da força de trabalho. Nesta época, de acordo com levantamento realizado por Brumer (1988) a partir do Censo Demográfico 1872, as mulheres estavam empregadas predominantemente na agropecuária (35%), nos serviços domésticos em lar alheio (33%) ou no serviço de costura por conta própria (20%). Após 1920, reduz-se drasticamente a participação econômica ativa (PEA) feminina¹. [...] É importante lembrar que, neste contexto, grande parte da produção se desenvolve dentro dos limites domésticos” (IPEA, 2014, p.592).

A participação da mulher no mercado de trabalho, nas últimas décadas do século XX, afetou sensivelmente as relações no interior das famílias, provocando mudanças radicais em suas estruturas. Se antes o espaço doméstico era tido como naturalmente feminino, e a mulher era sustentada pelo homem, agora são as mulheres que detêm grande parte do controle sobre os recursos familiares e desempenham um papel fundamental na vida econômica da família.

De maneira geral, as mulheres enfrentam grandes dificuldades no mercado de trabalho, representam mais da metade da população desempregada e, quando ocupadas, percebem rendimentos menores do que os dos homens. A discriminação de gênero é um fator determinante para as possibilidades de acesso, permanência e condições de trabalho. A necessidade de transformar as condições nas quais elas se inserem e estão inseridas, constitui-se em um desafio relevante para a construção de novas relações sociais. Historicamente, a abordagem por sexo revela que as mulheres enfrentam grandes dificuldades no mercado de trabalho, tanto para conseguir uma ocupação quanto para mantê-la e, principalmente, por auferir rendimentos menores que os homens. (DIEESE, 2013, p.1)

Muitas são as dificuldades enfrentadas pelas mulheres no mundo do trabalho. A primeira e mais comumente reconhecida decorre da divisão sexual do trabalho, que reserva às mulheres os



afazeres domésticos e os cuidados com a família, sobrecarregando-as com a chamada “dupla jornada”.

O emprego de professora e empregada em estabelecimentos comerciais, escritórios e na burocracia, eram trabalhos que também davam continuidade às ocupações tradicionalmente femininas, além de serem marginais ao processo de produção e mal pagas. A segregação no mercado de trabalho, nesse período, reflete que gênero era um fator determinante para a ocupação de determinados setores, afirma Samara.³ O acesso à educação que continuava para poucas mulheres e que mantinha estreito o leque de opções profissionais confirma a segregação profissional. O magistério é um clássico exemplo dessa segregação sexual. Por ser considerada uma profissão onde a mulher reproduz sua vida da unidade doméstica, passou a ser considerado como “profissão naturalmente feminina”, aceita pelos padrões culturais que determinavam o lugar da mulher dentro dos espaços domésticos. Mesmo assim, milhares de mulheres provindo de camadas sociais empobrecidas buscaram o acesso à educação profissionalizante que as levavam ao professorado. Nas elites, prevalecia o poder do imaginário social brasileiro que consistia em determinar que o lugar da mulher era o espaço geográfico da casa

Representações Sociais é o conjunto de explicações que se originam por meio das comunicações interindividuais da vida cotidiana. Elas se constituem num trabalho mental do sujeito que tem como resultado a formação de uma imagem do objeto. É um ato do pensamento que traz para perto o que estava longe, que torna familiar o que era estranho. Os trabalhos baseados na teoria das RS buscam compreender os fenômenos sociais e a maneira como estes são captados, interpretados, visualizados e expressos no cotidiano pelos indivíduos ou grupos sociais. Nessa perspectiva, as RS possibilitam ao sujeito tomar consciência de seus pensamentos, de suas ideias, a visão de suas atitudes, levando-o a acumularem conflitos e a encontrar uma maneira de tornar familiar aquilo que lhe é desconhecido (SILVA; SALES, 2000).

O lugar da mulher não é na fábrica, principalmente depois de casada. É em casa, no lar, para lhe atender às necessidades, arrumar, cozinhar, preparar tudo direitinho, pôr as coisas em ordem, cuidar de si mesma, para o marido ter com que se comprazer, se alegrar depois das duras horas de trabalho. (Ave Maria, n.04, 25/01/1941)



A grandeza de uma nação não pode ser conseguida por meio de instrução parcial, ou seja, ministrada a um só sexo. A vida moderna cada vez mais complexa, com a actual orientação prática de todos os problemas sociais exige novas diretrizes do espírito feminino...É mister que a mulher receba uma educação mais aprimorada não só para se desempenhar melhor de sua missão no lar e na sociedade, como também para que, pela sua própria cultura, ela seja capaz de, nas emergências difíceis da vida, quando privada da defesa e proteção do homem, resistir aos embates dolorosos que o destino soe deparar no mundo aos seres fracos e sem arrimo. GAZETA DO TRIANGULO, 22/08/19370,

As representações sociais são construídas e difundidas por meio da interação pública entre atores sociais, em práticas de comunicação do cotidiano (Moscovici, 1961; 2003) Cabe ressaltar que as representações sociais têm a comunicação de massa como condição de possibilidade e determinação (Jodelet, 2001), pois é por meio da comunicação em larga escala que idéias podem difundir-se extensivamente e chegar a membros de grupos sociais, gerando debate na esfera pública.

Ocupações das mulheres na Prefeitura Municipal de Araguari, entre 1951 a 1953:

Auxiliar do chefe do serviço de Educação e saúde;

Professora municipal substituta

Auxiliar de secretaria

Arquivista

Orientadora do Ensino Rural

Professora municipal de 1ª e 2ª classe

Auxiliar datilógrafo e auxiliar de contador.

A instrução feminina carece ser ministrada em mais alto grau e por meios mais eficientes. A mulher não pode agora prescindir de uma educação sólida e profícua. Numa palavra: para que a mulher possa desempenhar convenientemente a sua elevada finalidade de mãe e professora, cumpre que comece a educar a si própria com o devido esmero. (Mary – gazeta do Triangulo, 22/08/1937)

Luiz de Aquino, Vemos hoje a mulher em todas os setores da atividade humana. Lutam e tudo fazem para galgar os postos que sempre foram ocupados pelo homem. Tornam-se independentes financeiramente, enquanto os homens são deslocados de seus postos,



preteridos, humilhados e desesperados não poucas vezes! Dizem não haver nada de mais! Porém ... vemos muita coisa de menos! (Gazeta do Triângulo, n. 514, 11/08/1946).

O Partido de Representação Popular (PRP), já tem o seu departamento feminino. Em sessão realizada na última semana aquela agremiação partidária constitui o seu diretório feminino, que ficou assim constituído:

- Presidente Dona Maria Alves de Castilho;
- Vice-presidente: Srta Alice Santos;
- Secretária: Dona Querubina Marques de Souza;
- _ - tesoureira: Dona Heloína de Miranda.

Hã também um Conselho Municipal que conta com elevado número de senhoras e senhoritas da nossa sociedade, cujos nomes não constam da comunicação que recebemos.

O Diretório Feminino do PRP entrou imediatamente em atividades realizando suas reuniões duas vezes por semana (Gazeta do Triângulo, n. 535, 01/01/1947)

A mulher no serviço público Federal, cresce rapidamente o contingente feminino nos quadros dos servidores da União. Os homens estão perdendo terreno e poderão dentro de certo tempo constituir minoria no serviço público da União, a julgar pelas melhores aptidões do elemento feminino demonstradas em alguns concursos realizados no Distrito Federal... dos 1.094 candidatos a oficial administrativos foram habilitados 171 homens e 278 mulheres... (Gazeta do Triângulo, p. 02, 10/04/1958).

A discriminação é talvez a maior barreira enfrentada pela mulher no mundo do trabalho. Ao preconceito relacionado diretamente ao gênero feminino e à cor negra, acrescentam-se aspectos como origem, idade, orientação sexual, estado civil, gravidez, doença e deficiência. Além disso, as mulheres são as vítimas mais recorrentes do assédio, tanto moral como sexual. O preconceito, como fonte da discriminação, está associado a ideias preconcebidas e estereotipadas, decorrentes da generalização apressada de uma experiência pessoal ou fruto de intolerância e xenofobia. Do preconceito derivam diversas práticas discriminatórias, decorrentes da estigmatização do outro. COUTINHO (2006) explica que a discriminação pode ser direta ou indireta: haverá discriminação direta quando o tratamento desigual for explícito e

fundado em critérios proibidos pelo ordenamento jurídico, como sexo, cor, idade, origem e religião; será indireta a discriminação quando o tratamento for formalmente igual, com práticas aparentemente neutras, mas que resultam em excluir pessoas ou grupos sociais historicamente discriminados. Discriminação direta pode ser vista, ainda, como uma forma de dominação de um grupo social sobre outro. Tal qual observada na divisão sexual do trabalho, em que a situação civil da mulher, suas responsabilidades familiares, e funções reprodutivas, apresentam-se como fonte de discriminação direta, porque atuam sobre a preferência pelo homem (preferência em razão do sexo), no momento da contratação, ou da



progressão funcional. O exame objetivo das capacidades e competências profissionais, nesse caso, é relegado, em razão de critérios discriminatórios. [...] Na conduta de discriminação indireta, não mais se presume a intenção com que o ato foi praticado (discriminar em face do sexo, cor etc) e sim seus efeitos, suas conseqüências práticas, ou seja, as desigualdades daí decorrentes que poderão resultar em exclusão social. (COUTINHO, 2006, p. 20-22)

A Autora exemplifica a discriminação indireta com práticas como o estabelecimento de exigências incompatíveis para a função (escolaridade ou formação acima do necessário em vagas reservadas a pessoas com deficiência, inclusão de quesitos relacionados à opinião ou situação financeira em formulários etc.), inclusão de requisitos ou características que excluem ou desestimulam a mulher submetida à dupla jornada (disponibilidade para viagens, liderança, dinamismo, iniciativa etc.) e a utilização de eufemismos que ocultam a discriminação direta (solicitação de “currículo com foto” substituindo “boa aparência” ou “cor branca”, requisito “jovem” substituindo “limite de idade” etc.). Uma manifestação comum de discriminação indireta se revela na diferença de remuneração em favor do homem e na predominância de chefias masculinas, mesmo em ambientes em que prepondera a mão de obra feminina, ainda que formalmente as condições de acesso ao emprego e de progressão funcional sejam as mesmas para homens e mulheres.

Os discursos acima são exemplos representativos de vozes que ecoaram no início do Século XX e que participaram do processo de construção do papel feminino considerado adequado para os projetos sociais e políticos para uma República que abria as portas para a modernidade, visando formar uma “nova” nação brasileira e ter como modelo os padrões modernos de civilização e progresso internacionais, compreendidos como mais avançados. Muitos atores participaram desse complexo processo de construção e divulgação de ideias, comportamentos e valores. Médicos, intelectuais, políticos e a Igreja Católica lançaram seus discursos, nos mais diversos periódicos de todo o país, em defesa de um modelo ideal feminino que atendesse aos padrões morais estabelecidos há séculos e ao processo de modernização e progresso em curso na sociedade brasileira. O Brasil importava o modelo moderno de sociedade, mas, no que se referia ao segmento feminino, havia a preocupação de modernizar sem alterar significativamente a estrutura social. Seguindo esse propósito, a preocupação com o controle feminino se estabeleceu em defesa da mulher-mãe. A referida sociedade moderna, caracterizada pelas transformações ocorridas na sociedade brasileira no início do Século XX, permitiu que as mulheres ocupassem espaços sociais, até então, exclusivamente masculinos. Nesse contexto, a mulher moderna, representada pela mulher emancipada, assumia uma função pública, mas sem abandonar os cuidados com o lar, seu papel social primordial.

As conquistas femininas no campo social incomodavam aqueles que queriam manter uma ordem social já estabelecida, em que os papéis femininos e os masculinos deveriam ser distintos e bem definidos segundo a teoria patriarcal. Ao cenário feminino eram apresentadas possibilidades que ampliavam sua condição na sociedade, gerando incômodos e muitos questionamentos

Conclusão



Após a década de 1940 que trouxe consigo o início do processo de industrialização e expansão das indústrias siderúrgicas, petrolíferas, química, farmacêutica e automobilística; houve um crescimento da incorporação da força de trabalho feminino no mercado de trabalho, havendo uma diversificação do tipo de ocupações assumidas pelas mulheres. O mercado de trabalho brasileiro passa a apresentar características distintas do padrão até então estabelecido após a década de 1930. Com as mudanças ocorridas no mundo do trabalho e na economia mundial e brasileira, a partir desse período, a dinâmica de crescimento do emprego formal é interrompida e o mercado de trabalho no Brasil passa a apresentar novas características. O homem deixou de ser o chefe da família e a mulher passou a ser considerada um ser tão capaz quanto o homem.

Hoje o perfil das mulheres é muito diferente daquele do começo do século. Além de trabalhar e ocupar cargos de responsabilidade assim como os homens, ela aglutina as tarefas

tradicionais: ser mãe, esposa e dona de casa.

Trabalhar fora de casa é uma conquista relativamente recente das mulheres. Ganhar seu próprio dinheiro, ser independente e ainda ter sua competência reconhecida é motivo de orgulho para todas.

Apesar da evolução da mulher dentro de uma atividade que era antes exclusivamente masculina, e apesar de ter adquirido mais instrução, os salários não acompanharam este crescimento.

Entende-se que o papel social atribuído à mulher ainda merece uma reflexão crítica a partir do pressuposto que a esta deve ser dado o poder da escolha assim como é atribuído ao gênero masculino. O poder que aqui se refere é o de ser independente emocionalmente e decidir como viver, pois, ainda hoje, as mulheres carregam a abnegação, a compaixão e a renúncia para com seus familiares, principalmente.

O grande desafio para as mulheres dessa geração, é tentar reverter o quadro da desigualdade salarial entre homens e mulheres.

Pelo menos, elas já provaram que além de ótimas cozinheiras, podem também ser boas motoristas, mecânicas, engenheiras, advogadas e sem ficar atrás de nenhum homem. Já está mais do que provado que as mulheres são perfeitamente capazes de cuidar de si, de conquistar aquilo que desejam e de provocar mudanças profundas no curso da história.

Segundo Laís Abramo, do Escritório da OIT no Brasil, os mecanismos de reprodução das desigualdades de gênero no mundo do trabalho estão centrados na noção da mulher como uma força de trabalho secundária, que pressupõe a tradicional dicotomia entre “mulher cuidadora” e “homem provedor”, persistente no imaginário social, empresarial, na teoria econômica e sociológica, e mesmo entre os formuladores de políticas públicas (OIT BRASIL, 2010, p. 17).

A idéia da mulher como força de trabalho secundária estrutura-se a partir da separação e hierarquização entre as esferas do público e do privado e da produção e da reprodução. Assim como em torno de uma concepção de família nuclear na qual o homem é o principal ou o único provedor, e a mulher é a responsável principal ou exclusiva pela esfera privada (o cuidado doméstico e familiar), ou, no máximo, uma “provedora secundária”. (OIT BRASIL, 2010, p. 22)



Nessa visão, a inserção da mulher no mercado de trabalho destoa do papel social que lhe é atribuído e, portanto, será sempre vista como complementar, eventual, instável e secundária. Nela, a inserção da mulher no trabalho está associada à falha do homem como “provedor principal”, por conta de infortúnios que o atinjam (crises, desemprego, incapacitação, doença) ou por sua ausência (separação, morte). Ou seja, a mulher assume a condição de “provedora” quando lhe falta alternativa, quando as circunstâncias impedem que exerça seu papel fundamental de “cuidadora”. Daí decorre a imagem estereotipada da mulher como alguém com baixo compromisso com o trabalho e tendente a abandonar a atividade econômica assim que possível.

estereótipo impacta de forma decisiva a vida profissional das mulheres: torna instável e interrompida sua trajetória ocupacional, reduz a importância social de sua renda, impede ou dificulta sua ascensão a posições de maior hierarquia. Para Laís Abramo, essas seriam as principais expressões dessa noção:

Em primeiro lugar, a existência de trajetórias ocupacionais instáveis e interrompidas: as mulheres entrariam no mercado de trabalho não devido a um projeto pessoal de maior alcance, mas sim devido a uma “falha” do homem no cumprimento do seu papel de provedor. Conseqüentemente, também tenderiam a abandonar a atividade econômica (regressando à situação de inatividade) no momento em que isso fosse possível, já que o seu lugar básico e essencial não é o mundo do trabalho, mas sim a família, a casa, o universo doméstico. Em segundo lugar, a pouca importância da renda gerada pelo trabalho da mulher na conformação da sua renda pessoal ou familiar. Essa renda também seria, por definição, secundária, complementar, instável e portanto insuficiente tanto para sustentar um projeto de autonomia pessoal quanto a sobrevivência e o bem estar da família. Em terceiro lugar, a idéia de que o mundo do trabalho – e as relações que em torno a ele se constituem – não é um lugar de constituição de identidade para as mulheres (ou, no mínimo, é um lugar muito secundário nesse processo), e, muito menos, de geração de práticas associativas, organizativas, coletivas. Essa imagem parece estar muito presente em certos setores da dirigência sindical masculina. Finalmente (e isso tem uma forte presença no imaginário empresarial), essa inserção secundária, eventual, instável, teria como consequência, necessariamente, altos custos indiretos (associados à maternidade e ao cuidado infantil) e um comportamento “pouco adequado” no trabalho, que se traduziria em altas taxas de rotatividade e absenteísmo, um “baixo grau” de compromisso com a empresa, na impossibilidade de fazer horas extras, trabalhar em turnos noturnos e viajar, e que justificaria a exclusão das mulheres de determinados postos e funções (organizados em sistemas de turnos) e dos cargos superiores na hierarquia das empresas. (OIT BRASIL, 2010, p. 23)



Referência bibliográfica

CARVALHO, J. M. A Formação das almas: o imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

COUTINHO, Maria Luiza Pinheiro. Discriminação no Trabalho: Mecanismos de Combate à Discriminação e Promoção de Igualdade de Oportunidades. In: "Igualdade Racial: principais resultados", FARRANHA, A. C. & EGG, R. [org.] Brasília: OIT, 2006. Disponível em: http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/discrimination/pub/oit_igualdade_racial_05_234.pdf. Acesso em 06/06/2016.

DIEESE. A inserção das mulheres nos mercados de trabalho metropolitanos e a desigualdade nos rendimentos. Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED): Boletim de março de 2013. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analiseped/2013/2013pedmulhermet.pdf>. Acesso em 30/06/2016.

IAMAMOTO, Marilda & CARVALHO, Raul. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 17. Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

IPEA. Políticas sociais: acompanhamento e análise. Nº 22. IPEA: Brasília, 2014.

JODELET, D. *Representações sociais*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001.

MALUF, Marina e MOTT, Lúcia. "Recônditos do mundo feminino". IN: NOVAIS, Fernando A. (coord. Geral) e SEVCENKO, Nicolau (org. do volume). História da vida privada no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Vol. 3.

TEDESCHI, Losandro Antonio. *História das mulheres e as representações do feminino*. 2008 pela editora Curt Nimuendajú,

Moscovici, S. (2003). O fenômeno das representações sociais. In S. Moscovici (Ed.), *Representações sociais: investigações em psicologia social* (pp. 29-109). Petrópolis: Vozes.

SAMARA, Eni de Mesquita. Mão-de-Obra Feminina, Oportunidades e Mercado de Trabalho, no Brasil do Século XIX. In: ___. (org) *As Idéias e os Números do Gênero. Argentina, Brasil e Chile no Entende-se que o papel social atribuído à mulher merece uma reflexão crítica a partir do pressuposto que a esta deve ser dado o poder da escolha assim como é atribuído ao gênero masculino. O poder que aqui se refere é o de ser independente emocionalmente e decidir como viver.* Século XIX. São Paulo: HUCITEC, 1997. p. 23- 61.

SILVA, J. A.; SALES, L. C. Representações sociais de meio ambiente construídas por alunos de 8ª série do Ensino Fundamental. *Linguagens, Educação e Sociedade*, v. 5, n. 5, p. 11-23, 2000.